



**Ministério
das Finanças**

Síntese de Execução Orçamental do OE 2020

**Maio
2020**

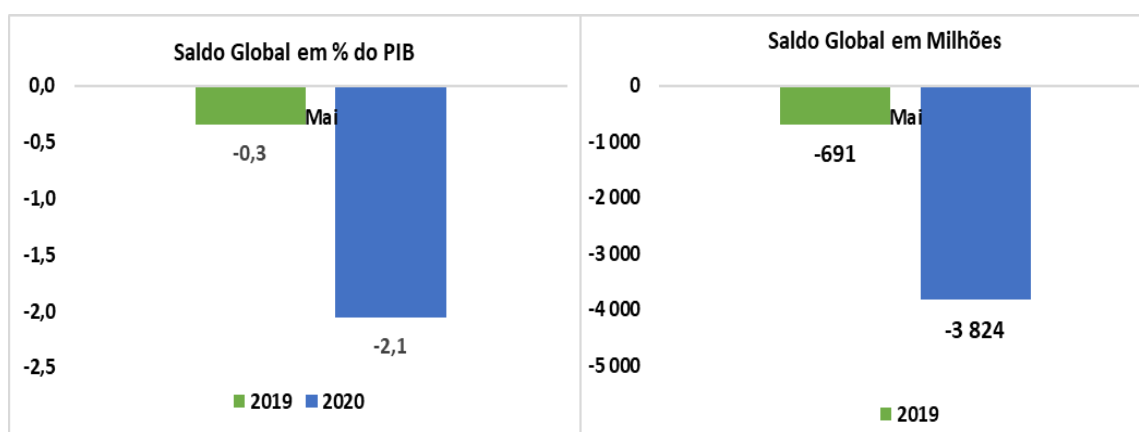
Índice

1. SÍNTESE GERAL DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTAL MENSAL	3
2. RECEITAS TOTAIS	5
2.1. Enquadramento Geral	5
3. DESPESAS CORRENTES	8
3.1. Despesas Correntes de Funcionamento	8
4. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO	10

1. SÍNTESE GERAL DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTAL MENSAL

Em maio de 2020, o valor provisório do saldo global foi negativo em 3.824,4 milhões de CVE, ou seja, um défice de 2,1% do PIB projetado pelo MF, e um agravamento 1,7 p.p., face ao mesmo período de 2019. De dizer, ainda, que o saldo corrente primário/PIB foi negativo em 0,9% diminuindo em 2,1p.p., comparativamente ao período homólogo.

Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global



Fonte: MF

Ainda que a execução orçamental, até abril de 2020, já evidenciasse os primeiros impactos da COVID-19, essa evidência tornou-se mais expressiva em maio, tornando mais claro a percepção do impacto sobre a receita. Nesta sequência, conforme os dados provisórios a execução orçamental, resultou:

- da diminuição das receitas totais em 18,7% (-3.898,8 milhões de CVE);
- um ligeiro agravamento das despesas totais (investimento e funcionamento) em 0,4% (+77,2 milhões de CVE) e;
- da diminuição dos ativos não financeiros em 59,1% (-842,1 milhões de CVE).

Síntese de Execução Orçamental
Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

	2019		2020 Inicial	Maio	Grau Exec.	Tax. hom Maio
	Orç. 2019	Maio				
1. Receitas Totais	63 611	20 877	68 395	16 978	24,8	-18,7
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	58 132	20 161	62 436	16 182	25,9	-19,7
Impostos	44 407	16 873	48 066	14 027	29,2	-16,9
Segurança Social	61	26	70	21	30,5	-18,6
Transferências (donativos)	5 479	716	5 959	796	13,4	11,2
Outras Receitas	13 665	3 262	14 301	2 134	14,9	-34,6
2. Despesas Totais (FUN+INV)	59 147	20 142	62 386	20 220	32,4	0,4
2.1-Despesas Correntes	59 147	20 142	62 386	20 220	32,4	0,4
dq: despesas de funcionamento	48 327	18 109	50 251	17 777	35,4	-1,8
dq: Juros da dívida interna	3 406	1 273	3 337	1 335	40,0	4,9
dq: Juros da dívida externa	2 128	995	2 229	1 022	45,8	2,7
dq: despesas correntes de investimento	10 820	2 034	12 135	2 443	20,1	20,1
3. Resultado Operacional Bruto	4 464	734	6 009	-3 242	-53,9	-541,4
4. Activos não Financeiros	10 330	1 425	9 579	583	6,1	-59,1
Compra de activos não financeiros	12 326	1 428	10 803	628	5,8	-56,0
dq: programa de investimento	11 861	1 297	10 354	466	4,5	-64,0
Venda activos não financeiros	1 996	3	1 224	45	3,7	1226,9
5. Saldo Global (base compromisso, 1-2-4)	-5 866	-690,5	-3 569,4	-3 824,4	107,1	453,8
Saldo global (em percentagem do PIB)	-3,0	-0,3	-1,7	-2,1		
Saldo global excluindo transferências(donativos)	-11 344	-1407	-9 529	-4621		
Saldo Corrente (1.1-2.1)	-1 015	18	50	-4037,7		
Saldo Corrente (em percentagem do PIB)	-0,5	0,0	0,0	-2,2		
Saldo Corrente Primario (1.1-2.1+juros)	4 519	2 287	5 616	-1 680,5		
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	2,3	1,2	2,7	-0,9		
Saldo global Primário (5+juros)	-332	1 578	1 997	-1 467,2		
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-0,2	0,8	0,9	-0,8		
6. Financiamento	5 866	993	3 569	5 798		
6.1 Activos Financeiros	-8 393	-2 248	-4 718	-65		
Reembolso de Empréstimo de Retrocessão	185	10	144	151		
Concessão de Empréstimo	-4 931	0	-3 539	-24		
Acções e outras participações - MI	-3 667	-2 260	-1 448	-192		
Acções e Outras Participações ME						
Acções E Outras Participações MI - Alienação		2,3				
Depositos Cert. Poup. MI - Constituições	-954					
Depositos Cert. Poup. MI - Levantamentos	973		125			
Outros activos						
6.2 Passivos Financeiros	14 259	3 240	8 288	5 864		
Interno líquido	4 369	3 588	797	5 295		
Sistema bancário		-697		4 883		
Emprestimos obtidos	10 148		7 861			
Amortização	-5 779		-7 064			
Emprestimos concedidos						
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing		-49		-56		
Outras Operações do Tesouro				0		
Outros passivos						
Resto por pagar que transita p/ o ano seguinte		-244				
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		603		1 292		
Pagamento de Cheques e transferência em Transito				-1 859		
Sistema não bancário		3 976		1 035		
dq: encargos c/ reestrut. Empresas púb.						
Externo líquido	9 890	-348	7 491	569		
Desembolsos	14 221	1 440	12 137	2 660		
Amortizações programadas	-4 331	-1 788	-4 645	-2 091		
7.Diferencial Financ./ Discrepância (5 - 6)	0	302	0	1 974		

Fonte: MF

Síntese de Execução Orçamental
Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública

2. RECEITAS TOTAIS

2.1. Enquadramento Geral

A 31 de maio de 2020, as receitas totais atingiram 16.978,0 milhões de CVE, registando uma diminuição de 18,7%, perante o período homólogo. Este resultado deriva da conjugação da diminuição dos impostos diretos (-22,9%), dos impostos indiretos (-14,2%), da segurança social (-18,6%), das outras receitas (-34,6%) e do aumento dos donativos (+11,2%).

Quadro 2 - Evolução das Receitas Públicas Orçamentais

Quadro 2. FP: Receitas Públicas Orçamentais (Governo Central)						
(em milhões de CVE)						
	2019		2020		Grau Exec. (%)	Tax. hom Maio
	Orç. 2019	Maio	Inicial	Maio		
Impostos	44 407	16 873	48 066	14 027	29,2	-16,9
<i>Imposto único sobre rendimentos</i>	13 743	5 191	14 448	4 001	27,7	-22,9
IR-PS	8 106	2 824	8 258	2 742	33,2	-2,9
IR-PC	5 638	2 367	6 190	1 259	20,3	-46,8
<i>Imposto sobre bens e serviços</i>	21 421	8 377	23 759	6 972	29,3	-16,8
Sobre bens e serviços	16 786	6 863	19 171	5 742	29,9	-16,3
Imposto sobre o valor acrescentado	16 786	6 863	19 171	5 742	29,9	-16,3
IVA DA	8 593	3 229	9 274	2 795	30,1	-13,4
IVA DCI	8 193	3 634	9 897	2 947	29,8	-18,9
Sobre vendas	0	1	0	0	0,0	-100,0
Imposto para serviços de incêndio	0	1	0	0	0,0	-100,0
Sobre consumo	2 754	797	2 532	704	27,8	-11,7
Imposto consumo especial	2 754	797	2 532	704	27,8	-11,7
Impostos diversos sobre serviços	1 118	445	1 258	287	22,8	-35,5
Contribuição turística	1 118	446	1 258	287	22,8	-35,7
Outros impostos	763	272	797	239	30,0	-12,1
Taxa ecologica	763	272	797	239	30,0	-12,1
<i>Impostos sobre transações internacionais</i>	8 472	3 023	8 972	2 783	31,0	-7,9
Direitos de importação	8 097	2 889	8 611	2 662	30,9	-7,9
Taxa comunitaria CEDEAO	375	134	361	121	33,6	-9,1
<i>Outros impostos</i>	770	282	887	271	30,6	-4,0
Imposto de selo	726	269	821	252	30,6	-6,5
Imposto especial sobre jogos	44	13	65	19	29,5	50,3
Segurança Social	61	26	70	21	30,5	-18,6
Taxa social única	0	0	0	0	0,0	0,0
Contribuições para a segurança social	60	26	70	21	30,2	-18,9
Outras contribuições	1	0	0	0	0,0	28,4
Transferências	5 479	716	5 959	796	13,4	11,2
De Governos Estrangeiros	5 030	690	5 535	787	14,2	14,0
Ajuda Orçamental	2 020	221	1 800	660	36,7	199,4
Ajuda Alimentar	158	84	212	31	14,8	-62,5
Donativos directos	2 852	382	3 523	95	2,7	-75,1
Outras	0	4	0	0	0,0	-100,0
De Organizações Internacionais	0	26	1	9	666,7	-64,3
Das Administrações Públicas	449		423	0	0,0	0,0
Outras Receitas	13 665	3 262	14 301	2 134	14,9	-34,6
Rendimentos de propriedade	4 488	423	4 632	176	3,8	-58,4
Venda de bens e serviços	7 896	2 436	8 256	1 753	21,2	-28,0
Multas e outras penalidades	297	160	375	100	26,8	-37,5
Outras transferências	330	62	371	9	2,3	-86,3
Outras receitas diversas e não especificadas	655	181	667	95	14,3	-47,4
Total de Receitas	63 611	20 877	68 395	16 978	24,8	-18,7

Fonte: MF

Em relação aos Impostos diretos, é de destacar que o decréscimo de 22,9% resultou essencialmente da evolução negativa do IRPC (-46,8%), cerca de menos 1.107,2 milhões de CVE em face à arrecadação no período homólogo do ano anterior:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares – A arrecadação em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares ascendeu no período a 2.742,0 milhões de CVE, registando uma evolução homóloga de (-81,7 milhões de CVE; -2,9%);
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas – A receita cobrada em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas cifrou-se no período em 1.259,4 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos de (-1.107,7 milhões de CVE; -46,8%), devido à redução nos fracionados, com a diminuição da taxa do IRPC e da entrega desse imposto, fruto dos primeiros impactos da Crise da COVID-19, assim como pelo facto de uma das medidas excecionais adotadas pelo Governo para fazer face à Pandemia foi o adiamento do prazo para declaração e pagamento do IRPC anual de maio para julho de 2020.

Quanto aos impostos indiretos, o decréscimo de 14,2% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – O IVA registou no período em análise uma execução de 5.741,7 milhões de CVE, traduzindo assim, uma evolução de -1.121,2 milhões de CVE (-16,3%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete a inversão da tendência de crescimento deste imposto, dado aos fortes impactos da Crise da COVID-19 e das medidas excecionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações.
- Contribuição Turística – A receita da contribuição turística totalizou no período o montante de 287,1 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos

de -159,3 milhões de CVE (-35,7%), revelando um forte impacto da Crise da COVID-19, uma vez que estas receitas advêm diretamente do fluxo de turismo (dormidas em estabelecimentos hoteleiros), que caiu drasticamente de abril a maio de 2020, com o encerramento das fronteiras de Cabo Verde e da maior parte dos países no Mundo;

- Impostos sobre Transações Internacionais - registou-se uma diminuição em 7,9% (-239,9 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance destes impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2019, verificou-se uma variação negativa tanto no Direito de Importação em 7,9% (-227,7 milhões de CVE) como na Taxa Comunitária CEDEAO em 9,1% (-12,2 milhões de CVE);
- Imposto de Selo – A cobrança em sede do imposto de selo registou uma evolução negativa em termos homólogos de 17,6 milhões de CVE (-6,5%), situando-se em 251,7 milhões de CVE;
- A cobrança em sede do imposto especial sobre jogos situou-se nos 19,3 milhões de CVE, com uma evolução positiva em termos homólogos (+6,4 milhões de CVE - +50,3%), dado que no ano anterior a arrecadação só iniciou no mês de março. Contudo, houve um crescimento quase nulo de março a maio de 2020, uma vez que estas receitas proveem essencialmente da atividade turística na Ilha do Sal.

No que toca às transferências (donativos) houve um aumento de 11,2% (+80,1 milhões de CVE em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, situando-se em 796,2 milhões de CVE. Do montante 660,3 milhões de CVE correspondem às ajudas orçamentais, 95,2 milhões de CVE são destinados aos donativos diretos aos projetos de investimentos e 31,4 milhões de CVE são referentes à ajuda alimentar.

As outras receitas verificaram um decréscimo de 34,6% impulsionado por todas as subrubricas que compõem este agrupamento, justificado pela crise da COVID 19 com reflexo,

principalmente, nas receitas das taxas de serviços de passaportes, taxa de segurança aeroportuária, taxas de estatísticas aduaneiras, serviços policiais e fronteiras, serviços médico hospitalares.

3. DESPESAS CORRENTES

Em maio de 2020, o total das despesas correntes (funcionamento e investimento) situou-se em 20.219,6 milhões de CVE, apresentando um agravamento de 0,4%, em face ao período homólogo. Esta evolução resultou do aumento nas rubricas de aquisições de bens e serviços (+8,6%), dos juros (+3,5%), subsídios (+248,2%), transferências correntes (+4,4%) e benefícios sociais (+13,8%).

O valor da despesa por regularizar, em maio, situou-se em cerca de 148,8 milhões de CVE referentes aos adiantamentos efetuados aos órgãos de soberania e às embaixadas.

3.1. Despesas Correntes de Funcionamento

As despesas correntes de funcionamento, em maio de 2020, evidenciaram uma diminuição de 1,8% (-332,3 milhões de CVE), cifrando-se em cerca de 17.776,5 milhões de CVE, como resultado da conjugação das seguintes rubricas:

- Outras Despesas Correntes - estas evidenciaram uma diminuição de 49,3% (-578,9 milhões de CVE) justificada, essencialmente, pela diminuição da rubrica restituições em 83,1% (-528,5 milhões de CVE) e das outras despesas residuais em 78,2% (-33,2 milhões de CVE);
- Aquisição de bens e serviços - registaram uma diminuição de 4,5% (-77,4 milhões CVE), face ao período homólogo do ano anterior, derivado sobretudo da diminuição nas seguintes rubricas: Energia Elétrica em 95,7% (-126,7 Milhões de CVE); Limpeza Higiene e Conforto em 35,1% (-14,6 milhões de CVE) e Material de Conservação e Reparação em 28,5% (-7,5 milhões de CVE), fruto do recurso ao Teletrabalho no

âmbito do Estado de Emergência decretado pelo Governo dado a crise de pandemia da COVID 19;

- A despesa com o pessoal evidenciou um agravamento de 0,3% (+26,4 milhões de CVE) justificado, essencialmente, dos pagamentos dos serviços prestados no âmbito da COVID 19, sobretudo no Ministério de Saúde e da Segurança Social; execução atempada de alguns órgãos de soberania, nomeadamente CSMJ, CSMP e TdC, devido à bancarização dos referidos serviços ocorrida no segundo semestre do ano findo;
- O aumento dos juros de 3,5% (+79,2 milhões de CVE) comparado com o mesmo período de 2019, derivado sobretudo dos juros da dívida interna em consequência de novas emissões ocorridas no ano em curso;
- Aumento dos subsídios em 248,2% (+149,3 milhões de CVE) derivado sobretudo dos subsídios transferidos às empresas públicas não financeiras em 335,6% (+151,7 milhões de CVE), nomeadamente, para o Fundo Autónomo do Desenvolvimento de Transporte Marítimo;
- Aumento das Transferências em 12,9% (+202,3 milhões de CVE) comparado com o mesmo período do ano transato, justificado pelo aumento na rubrica municípios correntes em 10,6% (+152,2 milhões de CVE) dado ao pagamento do FFM onde o valor previsto para 2020 ultrapassa em mais de 357 mil contos o montante orçamentado em 2019 e na rubrica quotas a organismos internacionais correntes em 312,3% (+47,0 milhões de CVE);
- Os Benefícios Sociais aumentaram 4,1% (+114,9 milhões de CVE), justificado essencialmente da dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas do regime contributivo dando origem ao aumento nas rubricas pensões de aposentação em 5,4% (+96,4 milhões de CVE); pensões de sobrevivência em 5,2% (+5,6 Milhões de CVE); aumento nos outros beneficio sociais em numerários, 121,0%

(+5,7 milhões de CVE) no âmbito do pagamento de estágios profissionais, formação para empregabilidade, apoio á reinserção socioprofissional.

Quadro 3 - Evolução das Despesas de Funcionamento

Quadro 3. FP: Despesas de Funcionamento (em milhões de CVE)						
	2019		2020		INICIAL	RETIFICA
	Orç. 2019	Maio	Inicial	Maio	Grau Exec. (%)	Tx. hom Maio
Despesas com Pessoal	21 790	8 072	22 638	8 098	35,8	0,3
Remuneração Certas e Permanentes	20 334	7 427	20 902	7 699	36,8	3,7
Segurança Social	1 456	645	1 736	399	23,0	-38,1
Aquisição de Bens e Serviços	5 887	1 723	6 537	1 645	25,2	-4,5
Juros correntes	5 637	2 279	5 662	2 358	41,6	3,5
Dívida interna	3 406	1 273	3 337	1 335	40,0	4,9
Dívida externa	2 128	995	2 229	1 022	45,8	2,7
Outros encargos	102	10	96	1	0,6	-94,1
Subsidios	579	60	645	209	32,4	248,2
Transferências Correntes	4 438	1 569	4 896	1 772	36,2	12,9
Governos Estrangeiros	111	3	88	7	8,0	146,6
Organismos Internacionais	402	15	467	62	13,3	312,3
Administração pública	3 925	1 551	4 342	1 702	39,2	9,7
Benefícios Sociais	6 482	2 834	6 897	2 949	42,8	4,1
Outras despesas correntes	3 515	1 175	2 975	596	20,0	-49,3
Despesas Correntes	48 327	17 712	50 251	17 628	35,1	-0,5
Valor a regularizar		397		149		-62,5
Total de Funcionamento	48 327	18 109	50 251	17 777	35,4	-1,8
Activos não Financeiros	465	131	450	162	36,0	23,6
TOTAL DESPESAS	48 792	18 240	50 701	17 938	35,4	-1,7

Fonte: MF

4. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO

A execução do programa de investimento público (despesas correntes e ativos não financeiros) atingiu 2.908,5 milhões de CVE, representando 12,9% do orçamento inicial de 2020. Do montante pago, 64,2% (1.835,0 milhões de CVE) foi financiado pelo Tesouro, 17,3% (492,9 milhões de CVE) por Empréstimos e 17,0% (486,6 milhões de CVE) por Donativo.

Quadro 4 – Programa de Investimento Público

Quadro 4. FP: Despesas de Investimento						
(em milhões de CVE)						
	2019					
	Orç. 2019	Maio	2020 Inicial	Maio	Grau Exec. (%)	Tx. hom Maio
Despesas com Pessoal	1 417	402	1 362	386	28,3	-4,2
Remuneração Certas e Permanentes	1 275	365	1 217	347	28,5	-4,9
Segurança Social	142	38	145	39	26,7	2,9
Aquisição de Bens e Serviços	4 903	776	6 838	1 070	15,6	37,8
Subsidios	0	0	84	0	0,0	0,0
Transferências Correntes	1 718	647	2 117	542	25,6	-16,3
Governos Estrangeiros	107	20	123	29	23,3	46,1
Organismos Internacionais	33	3	27	0	0,0	-100,0
Administração pública	1 578	625	1 967	513	26,1	-17,9
Benefícios Sociais	480	63	589	346	58,8	452,3
Outras despesas correntes	2 301	145	1 146	100	8,7	-31,0
Despesas Correntes	10 820	2 034	12 135	2 443	20,1	20,1
Activos não Financeiros	11 861	1 297	10 354	466	4,5	-64,0
TOTAL DE INVESTIMENTO	22 681	3 331	22 488	2 909	12,9	-12,7

Fonte: MF